



ATAS

Folha 19

ATA N.º 201/2021



Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e trinta minutos, no Lezíria Parque Hotel, sito na Avenida Barranco de Cegos, 22, 2600-214, em Vila Franca de Xira, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Andebol de Portugal, conforme convocatória de doze de novembro de dois mil e vinte um do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocada nos termos dos artigos 51.º, n.º 4, 54.º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2022.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão, pelo Vice-Presidente Raul Castro e pelo Secretário, José Manuel Lopes Costa.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Luis Miguel Morgado Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Augusto Silva, a Vice-Presidente Juliana Sousa, o Vice-Presidente Pedro Sequeira e o Vice-Presidente Bernardo Novo. Esteve também presente o Diretor Executivo, Miguel Fernandes e o contabilista certificado da federação, Mário Bernardes.

Estiveram presentes e participaram 23 (vinte e três) dos 44 (quarenta e quatro) delegados que compõem a totalidade dos delegados dos membros ordinários da Assembleia Geral, conforme lista de registos e presenças.

O Presidente da Mesa tomou a palavra e, antes da ordem de trabalhos, começou por saudar a assembleia, fazendo referência a uma proposta de Voto de louvor, apresentada pela Associação nacional de clubes de andebol não profissional (ANCANP), a atribuir à Direção da Federação, pelo seu trabalho que levou à atribuição da realização do Campeonato europeu de Andebol de Seniores Masculinos de 2028 às Federações de Portugal, Espanha e Suíça, por parte da EHF. Submetido a votação foi aprovado por unanimidade e aclamação o identificado Voto de Louvor. De seguida, e dando início à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Federação, que começou por agradecer a presença de delegados à Assembleia, assim como a aprovação do Voto de Louvor. O Presidente da FAP fez depois uma apresentação em PowerPoint do Plano de Atividades e Orçamento da Federação para o ano de 2022, começando por enunciar os objetivos de manter rigor e ambição, apoiar os clubes, reforçar o nível

ATAS

Folha 20

competitivo das Seleções nacionais, manter a aposta no Andebol Feminino, a atribuição da candidatura à organização do Europeu de Seniores Masculinos em 2028, a forte aposta na visibilidade da Marca Andebol e a consolidação do Andebol a nível nacional e internacional, nas variantes do Andebol de Praia, Andebol 4All, o reforço da intervenção no desporto escolar e o processo de certificação de Clubes, a par da continua formação, mantendo uma articulação plena entre todos os agentes da modalidade, mesmo no contexto e circunstâncias de grande dificuldade face à Pandemia e aos profundos impactos que a mesma tem causado. Apresentou depois os princípios e critérios subjacentes à elaboração do orçamento de 2022, que continua a ser elaborado em função da especialização de Gastos e Rendimentos pelos vários Contratos-programa com o IPDJ, IP. Realçou o aumento do orçamento em 39% em comparação com anterior, que inclui a organização do Europeu de Sub-20 em 2022 (sem essa organização seria um aumento de 9,6%); mencionou que a Rubrica das amortizações e provisões e redução do passivo seria de 130.000 euros, e que iria haver uma incerteza quanto aos apoios do estado para o ano de 2022, nos primeiros meses, considerando a situação das eleições e a ausência de Orçamento de estado aprovado. Entrando no detalhe do orçamento, referiu-se à Organização e Gestão (estrutura de custos) em que se verifica um valor de euros 1.131.862, superior a 2021 (em que foi mais 160.000 euros) e semelhante a 2020 (euros 1.132.395). No que concerne ao Desenvolvimento da Prática Desportiva terá um orçamento de euros 2.046.778, valor praticamente idêntico ao de 2021 (mais 13.000 euros), destacando-se nos quadros competitivos euros 522.850, nos apoios às Associações Regionais euros 375.000, nas Viagens Regiões Autónomas euros 375.000, nos Seguros Desportivos euros 300.000 e nos Projetos Inovadores euros 245.500. Entrando na rubrica do Alto Rendimento e Seleções Nacionais, com o valor global de euros 2.630.360, verifica-se um incremento do Alto Rendimento e Seleções Nacionais em euros 250.000, devido às participações internacionais, às atividades gerais das Seleções Nacionais e aos custos diretos com viagens aéreas, alojamentos e hotelaria. Este valor inclui euros 1.233.360 referente à organização em Portugal do Europeu Sub-20; referiu ainda os Centros de Treino como eixos motivacionais dos atletas tendo em vista a participação nas Seleções Nacionais. Entrando na Rubrica da Formação, com o valor de euros 170.600, referiu que é um valor ligeiramente superior a 2021 (mais 35.000 euros), englobando os



ATAS

Folha 21



Cursos Formação e as Ações de Formação. Quanto ao ano de 2022 e em suma, realçou o Presidente que haverá que manter o rumo, com transparência na gestão, confiança nos agentes desportivos, para que possamos vencer juntos.

Aberta a discussão, foi dada a palavra à Delegada da Associação de Andebol de Lisboa, Ana Maria, que começou por felicitar a Direção da Federação pelo trabalho desenvolvido, assim como deixou um reconhecimento ao trabalho dos Clubes; de seguida, mencionou que tem tido muitos problemas com as competições e a falta de recintos desportivos, nomeadamente de quatro clubes, uma vez que os pavilhões têm estado afetos à vacinação da Covid-19 e da Gripe; deixou também um reparo no sentido de as Associações regionais serem diferentes umas das outras e que antes de se fazerem as propostas de alterações a quadros competitivos e seleções se deveria ouvir, de igual modo, os diretores técnicos das Associações regionais, terminou, referindo que quanto às seleções regionais a Associação de Andebol de Lisboa não começou tão cedo, mas que teve 150 jovens a treinar, deixando uma palavra de agradecimento ao Sport Lisboa e Benfica e ao Porto Salvo pela cedência dos respetivos pavilhões para os treinos. De seguida, interveio o Delegado da Associação de Andebol de Santarém, António Rebelo, que felicitou a chegada das novas pessoas às Associações Regionais, em particular Patrícia Dinis, recentemente eleita na Direção da Associação de Andebol de Leiria, referindo-se depois a uma questão estatutária, relativa às convocatórias e forma das mesmas, que poderiam ser enviadas por via eletrónica, para simplificação dos procedimentos. Interveio, ainda, o Delegado da ANCANP, José Carlos Correia, que começou por recordar o que foi contra o processo de aumento da participação de Clubes na Andebol 1 (PO1), para 16 Clubes, que na sua opinião afetou a verdade desportiva da competição; e assim manifestou-se a favor da redução que se prevê, para 14 Clubes, pois recupera alguma da verdade desportiva. Depois referiu-se aos Cursos de formação dos CROM, em que considerou que a ANCANP foi ridicularizada pelo conselho de arbitragem. De seguida, interveio o Delegado da União das Associações de Andebol dos Açores, Paulo Resendes, que valorizou os feitos do Andebol Português, como consequência do trabalho dos clubes, treinadores, dirigentes; agradeceu ao Professor Pedro Sequeira o fato de ter permitido a realização de cursos para a região autónoma dos Açores. Interveio, também, o Delegado da ANCANP, Paulo Elísio, que se referiu ao caminho da inovação do Andebol, a participação de dirigentes nacionais na IHF e EHF, deixando um repto no sentido de se valorizar publicamente e enquanto fator de promoção da modalidade a Champions League e a participação de Clubes Portugueses



ATAS

Folha 22

na mesma. Foi dada a palavra, para esclarecimentos, ao Diretor Executivo, Miguel Fernandes, quanto ao processo de preparação e convocatórias das assembleias gerais da Federação, que obedece aos Estatutos da Federação e às normas de organização e funcionamento das Federações desportivas, definidas no Regime Jurídico das Federações Desportivas, que o envio de convocatórias obedece a requisitos de forma, por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo de os membros da assembleia estarem desde há muito a ser convocados também por via eletrónica, quer por mail, quer pela disponibilização dos documentos de suporte à ordem de trabalhos por plataformas de we transfer e outras; que os nossos estatutos são avançados e já previam formas alternativas de realização de assembleias gerais, o que permitiu realizar várias assembleias por videoconferência. Foi também dada a palavra, para esclarecimentos complementares ao Vice-presidente Pedro Sequeira, que falou da organização de cursos de formação CROM e outros, assim como do processo de certificação de clubes de formação; De seguida, o Vice-presidente Augusto Silva esclareceu as questões da relação dos diretores técnicos nacionais com os regionais, o trabalho desenvolvido e a articulação que tem havido entre a FAP e as Associações regionais. Finalmente, interveio o Vice-presidente Bernardo Novo que prestou esclarecimentos sobre o trabalho que tem sido desenvolvido ao nível do marketing e comunicação da FAP, o reforço de publicidade nas seleções nacionais, com particular destaque para a camisola da seleção nacional A e os projetos em curso para o reforço da marca andebol, envolvendo os clubes.

Antes de terminarem as intervenções, pediu ainda a palavra o Delegado da ATAP, João Varejão, que fez referência à realidade dos Treinadores, que é muito difícil, a maior parte das vezes em regime de acumulação de funções.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por finda a discussão do ponto único da ordem de trabalhos e submeteu à votação, em conjunto, com a anuência da Assembleia Geral, do Plano de Atividades e do Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2022. O Plano de Atividades e o Orçamento da FAP para o ano de 2022 foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada cerca das doze horas e quinze minutos.

Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

ATAS

Folha 23

Para que conste se lavrou a presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

